

OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER PARA A PRÁTICA ESPORTIVA: MAPEANDO A CIDADE DE UBERLÂNDIA – MG

Profª Ms. Marina Ferreira de Souza Antunes

1. INTRODUÇÃO

Os estudos que versam sobre as questões urbanísticas com frequência tangenciam a temática do lazer, e na sociedade moderna este é enfatizado, principalmente, no aspecto do entretenimento, proveniente da chamada industrial cultural.

Ao afirmar que o lazer é resultado da revolução industrial, e, por conseguinte fruto da modernidade, não podemos deixar de mencionar outras três categorias que o acompanham, ou são, para alguns autores, inerentes ao tema, são elas: **o tempo**, entendido como “tempo livre” ou do não trabalho, resultante da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida (WERNECK, 2000 E RODRIGUES & BRAMANTE, 2003). Tempo este que se estabelece na fusão entre a instituição social de um tempo livre e o planejamento pessoal em relação a este mesmo tempo, frente às possibilidades / opções ofertadas pelas experiências sociais e/ou atividades de consumo e fruição da cultura e de suas produções (MARCASSA, 2003) e o **espaço e os equipamentos** necessários para que o lazer aconteça; considerando que toda e qualquer experiência de lazer se desenvolve no interior de espaços e equipamentos admitidos e aprovados ao seu desenvolvimento, de modo que as atividades de lazer dependem e são sensivelmente demarcadas pelos ambientes onde acontecem. Pode-se dizer, inclusive, que a própria emergência do lazer no Brasil esteja relacionada à elaboração de programas e à construção de equipamentos específicos para a sua prática. (MARCELINO, 1983, 2000, 2006, DUMAZEDIER, 1999, MARCASSA, 2003).

E é neste sentido que Marcelino (2006) nos coloca a necessidade de que

... ao tempo disponível corresponda um espaço disponível. E se a questão for colocada em termos de vida diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano. As cidades são os grandes espaços e equipamentos de lazer (p.66)

Concordamos com esta afirmativa e nos propomos investigar o lazer no ambiente urbano, mais precisamente na cidade de Uberlândia, enfocando as categorias

espaço e equipamentos. No entanto, por ser um termo amplamente debatido por inúmeros autores¹, com visões diferenciadas acerca do que seja lazer, vimos a necessidade de explicitar a nossa escolha por uma definição do tema em questão, nos inspiramos aqui nas idéias de Bramante (1998) que nos diz:

O lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializado através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espaço, cujo eixo principal é a ludicidade. (...) Sua vivência está relacionada à oportunidade de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômico e influenciados por fatores ambientais (p.9).

Destarte o lazer ganha uma conotação eminentemente humana, ou do resgate do humano no homem (MARCELINO,1983) para além do binômio trabalho/lazer, é aqui entendido como uma experiência vivida no espaço urbano, marcado por diferentes possibilidades de acesso, relacionadas, principalmente, com os fatores sócio-econômico-político; sendo também resultante da produção cultural na medida em que toda experiência de lazer se constitui no e pelo universo da produção material e simbólica da sociedade.

O lazer, historicamente, está relacionado a uma gama de experiências (e espaços) que o homem “pode” usufruir, tais como: teatros, cinemas, músicas, bibliotecas, parques, estádios, praças, práticas esportivas e mais recentemente, com o advento da globalização, também são tidos como espaços de lazer a televisão, a *internet*, os *shoppings*, as viagens turísticas, etc. Sabemos que este “acesso” aos bens culturais não se dá de forma homogênea, pois reconhecemos os problemas enfrentados numa sociedade dividida em classes sociais, onde uma minoria é sustentada por uma grande massa de trabalhadores, que muitas vezes “fazem a cidade”, mas, não moram nela; no sentido de usufruir de suas produções culturais, ficando estas restritas à uma minoria que pode “pagar”. Fenômeno característico da globalização que vivemos em todos os âmbitos.

Se para alguns ela (a globalização) continua a ser considerada como grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros ela é anátema já que no seu bojo transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial, enquanto retórica do progresso e da abundância se torna em realidade apenas para um clube cada vez mais pequeno de privilegiados (SANTOS, 2002, p. 53).

O processo de globalização, também tem proporcionado um ambiente individualista, em muitos aspectos, inclusive no campo do lazer; pois as pessoas são

¹ Dentre eles podemos mencionar: Requixa (1980), Marcelino (1983, 2000, 2006), Dumazedier (1974, 1999), Camargo (1992), Bruhns (1997), Werneck (2000), Mascarenhas (2003) entre outros.

levadas a uma prática do lazer doméstico, em frente a uma televisão, *video game*, páginas da *internet* e coisas deste tipo; extrapolando, no máximo, para os espaços do condomínio, ou do clube privado. Para além da limitação do espaço, este tipo de lazer desconsidera as diferenças culturais, e muitas vezes acaba promovendo uma aculturação, no sentido de enfatizar uma determinada cultura em detrimento das outras, inclusive da cultura local reafirmando a alienação e contribuindo para perpetuar as relações de poder e dominação, presentes neste modelo de sociedade.

Desta maneira, o lazer é compreendido como indica Mascarenhas (2000), como sendo “um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia”² (p.17).

O lazer acontece por uma permissão do tempo e uma vontade interna do praticante e é, inevitavelmente, vivenciado em algum lugar. À primeira vista, o espaço parece aspecto menor que envolve o tema lazer. Porém, o ambiente físico influencia muito além de sua materialidade, sustentado em valores éticos e estéticos de qualquer lugar (RODRIGUES & BRAMANTE, 2003, p. 26).

Nos espaços da cidade e no cotidiano das pessoas as práticas esportivas, como parte integrante do lazer, encontram formas variadas de existência e manifestação. Desde “pelada” no fim de tarde, até os campeonatos amadores, já organizados em ligas específicas.

De acordo com o Ministério do Esporte, no documento sobre Política Nacional do Esporte e do lazer, resultante da I Conferência Nacional do Esporte e Lazer, “o esporte e o lazer são direitos sociais e, por isso, interessam à sociedade, devendo ser tratados como questões de Estado, ao qual cabe promover sua democratização, colaborando para a construção da cidadania”. Sendo considerado como fator de desenvolvimento humano e fonte de emprego e renda. “É no tempo e espaço de lazer que a manifestação cultural esportiva, despojada de sentido performático (da busca do rendimento), se apresenta como possibilidade de ser vivenciada por todos que o acessam” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006).

Em Uberlândia, a Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer (Futel) criada em 1978, através do Decreto-Lei 2579, está voltada exclusivamente para o desenvolvimento do esporte e o do lazer. Dentro da prerrogativa institucional, é de sua competência valorizar e promover as manifestações esportivas e de lazer, garantindo ao

² Hegemonia entendida como Gramsci nos apresenta na obra Os intelectuais e a organização da cultura (1979).

cidadão a oportunidade de convivência, de integração, entretenimento e, sobretudo, de satisfação e prazer, visando uma vida social saudável (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2006)

2. JUSTIFICATIVA

O Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação, Educação Física e Educação Especial (NUTESES/UFU), ao qual sou vinculada, por meio de um convênio estabelecido com o Ministério do Esporte, no ano de 2004, integrou-se à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) mais especificamente a Rede Cedes³; que dentre suas ações visa “estimular e fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico-tecnológico voltadas à gestão do esporte recreativo e do lazer” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006).

O Ministério do Esporte, com a finalidade de estabelecer uma “Política Nacional do Esporte e do Lazer”, realizou em 2004 a I Conferência Nacional do Esporte, e dentre as ações propostas encontramos:

Realizar diagnóstico da estrutura esportiva e de lazer e propor ações articuladas entre os diversos níveis da administração pública e ou em articulação com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, para construção, modernização, revitalização, preservação, otimização e maximização de espaços e equipamentos para o esporte e lazer com segurança e qualidade, visando o interesse e necessidades da população, contemplando a acessibilidade de pessoas com deficiência e pessoas com necessidades especiais, idosos e idosas, flexibilidade de horários e utilização, descentralização e desconcentração dos espaços e equipamentos públicos e privados, tais como escolas, passeios, parques, ginásios, entidades esportivas, sem fins lucrativos e/ou econômicos, estádios, creches e universidades, instituições de longa permanência, priorizando comunidades com populações em situação de vulnerabilidade ou exclusão social. Estas ações devem ser promovidas por profissionais, agentes sociais, animadores culturais, voluntárias e voluntários da sociedade capacitados e qualificados (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006).

Esta preocupação com o estabelecimento de uma Política Pública para o Lazer, visando a otimização dos espaços e a reorganização do tempo se faz presente desde a década de 80 do século XX. Requiuxa (1980) em sua obra “Sugestão de Diretrizes para

³ A Rede Cedes estabelece linhas de ação para a composição de um sistema federal formado pelos centros de informação existentes, e os que serão criados, de modo a garantir um padrão de comunicação rápido, seguro e de qualidade aos pesquisadores e demais usuários. Este sistema federal de informação e documentação esportiva, juntamente com o Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (Cedime), além de democratizar o acesso à informação e documentação alusivas ao esporte recreativo e ao lazer, busca construir as diretrizes para uma política nacional de informação e documentação em Ciências do Esporte.

uma Política Nacional de Lazer” aborda estes aspectos. Marcelino (2006) por sua vez, afirma que falar numa política de lazer significa discutir a redução da jornada de trabalho, numa perspectiva da reorganização do tempo⁴, inclui também a necessidade de uma política de formação dos profissionais especializados, e finalmente uma política de reordenação do solo urbano, incluindo os espaços e equipamentos de lazer.

O documento final da I Conferência Nacional do Esporte enfatiza a necessidade do estabelecimento de uma política pública voltada para o esporte e o lazer no Brasil, estabelecendo 3 Eixos do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer: a Política Nacional de Recursos Humanos, a Política Nacional de Financiamento e o Controle Social (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006). No ano de 2006 foi realizada a II Conferência Nacional do Esporte, a qual apresentou como proposta, na plenária final

Incentivar, apoiar e financiar políticas públicas descentralizadas e desconcentradas, que promovam a produção de conhecimento e estudos científicos visando o desenvolvimento do lazer, da Educação Física e do esporte em suas diversas manifestações. Essas políticas deverão contemplar a iniciação científica, a criação e manutenção da infra-estrutura e modernização de equipamentos para o desenvolvimento de centros, núcleos e grupos de pesquisa, preferencialmente em universidades. O produto desta ação deverá levar em conta os problemas sociais e a diversidade regional, promovendo a cooperação técnica, científica e o intercâmbio em nível municipal, estadual, nacional e internacional.

Azevedo (2001) ao conceituar políticas públicas, referenciando-se às formulações de Pierre Muller e Bruno Jobert; ressalta a necessidade de “considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente” (p. 6). Lembramos que este aspecto do “poder” aqui mencionado é próprio do sentido atribuído historicamente ao termo “política”; de acordo com Bobbio (2000), “O conceito de política, entendida como forma de atividade ou práxis humana, está estreitamente ligada ao conceito de poder” (p. 160).

E desta maneira Azevedo (2001), afirma que:

(...) as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. (p.6)

⁴ Martins (2006) nos diz: “... os tempos sociais foram profundamente reconfigurados pela industrialização. O exemplo mais evidente é o da jornada de trabalho, que deixou de ser regulada pelos ritmos e ciclos da natureza natural do mundo para obedecerem à abstração do tempo qualificado.”(p.97)

Ou seja, a partir de questões socialmente problematizadas, surgem políticas públicas para determinado setor, há um “reconhecimento” por parte do Estado desta necessidade/problema, e a política pública específica do setor virá para “suprir” os anseios de determinada representação social. Não podemos nos esquecer, no entanto, das relações de poder que mencionamos anteriormente, que cada vez mais se fazem presentes, principalmente no âmbito das políticas públicas; para além da relação Sociedade – Estado (ANTUNES, 2005). Ou como nos afirma Bonetti (2006) políticas públicas é “o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade”(p.76).

No município de Uberlândia os ordenamentos legais indicam uma “preocupação” como as práticas esportivas e com o lazer. Fato que pode ser averiguado na Lei Orgânica que no capítulo VI, “Do desporto e lazer”, artigo 175 afirma: “O Município apoiará e incrementará as práticas esportivas na comunidade, mediante estímulos especiais e auxílios materiais às agremiações amadoras organizadas pela população de forma regular” (LEI ORGÂNICA, 1992). Ao lazer é impingido, num primeiro momento, um caráter de recreação, visto que o artigo 176, inciso I, menciona: “reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins e assemelhados, como base física da recreação urbana” (LEI ORGÂNICA, 1992). O lazer é ainda discutido, na forma da lei, nos artigos 179, 180 e 181; sendo afirmado seu caráter de direito fundamental do ser humano e a intenção do poder público de fomentá-lo para as classes de “baixa renda” (LEI ORGÂNICA, 1992).

O Plano Diretor, criado a partir de 1994, na Seção V do Esporte e Lazer, artigo 47 nos incisos II e III, menciona a necessidade de manutenção adequada e dinamização no uso dos equipamentos públicos de esporte e lazer existentes e a ampliação da rede física e dos equipamentos para a prática diversificada de atividades corporais. E no artigo 48, coloca como competência do município, para realizar estas ações, a formulação de uma política única de esporte e lazer, com a criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer e o Fundo Municipal de Esporte e Lazer.

Outro ordenamento legal que também trata do lazer como direito é o Estatuto da Cidade que em seu artigo 26 coloca “O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para: VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes.”

Considerando que os aspectos legais não garantem o estabelecimento de políticas públicas para o setor do esporte e lazer nos propomos investigar estas questões para além do aspecto legal, tendo como foco a cidade de Uberlândia - MG. Verificando também as condições físicas e materiais dos espaços e equipamentos destinados à prática desportiva, tendo como “pano de fundo” os ordenamentos legais acima mencionados.

3. OBJETIVO

Analisar o Plano Diretor e verificar o impacto deste no planejamento e dinamização dos espaços públicos destinados ao lazer/práticas esportivas na cidade de Uberlândia - MG

4. METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa encontra-se orientado numa perspectiva dialética, onde os sistemas socialmente organizados (homem e sociedade) são considerados realidades materiais, ou seja, existem fora de nossa consciência e seu modo de existência é o movimento. Existindo independentemente das nossas sensações, a realidade objetiva não pode ser captada por elas em sua essência, mas apenas na aparência, aspecto que indica a necessidade de um método próprio de aproximação àquilo que não está exposto à primeira vista. O princípio básico de compreensão e de produção do conhecimento é a afirmação da condição de radical historicidade dos fenômenos sociais, cujas leis não são mecânicas e universais como na natureza física, mas se constituem no e pelo processo histórico resultante de múltiplas determinações, num constante movimento impulsionado pelas forças contraditórias que atuam na realidade (TRIVIÑOS, 1987, CHIZZOTTI, 1991, FRIGOTTO, 1994, GAMBOA, 1994). Assim, esse trabalho investigativo pretende conhecer seu objeto a partir de sua concreticidade material e histórica em que se apresenta.

A abordagem é do tipo qualitativa, com enfoques descritivos (GRESSLER, 1979), na medida em que se busca descrever, compreender e interpretar o objeto de pesquisa em um processo de reflexão crítica.

Neste sentido os procedimentos metodológicos adotados estão divididos nos seguintes momentos:

1. A pesquisa bibliográfica, que num primeiro momento, terá o caráter de um estudo exploratório (GIL, 2006). O levantamento das fontes sobre o lazer e as práticas desportivas, com a subsequente seleção e análise das principais obras, proporcionará uma melhor visão do problema. Esta pesquisa bibliográfica nos acompanhará durante todo o trabalho de investigação, revestindo-se também de um caráter analítico e interpretativo (GIL, 2006), pois nos fornecerá elementos para apanhar o lazer no escopo mais amplo do sistema de metabolismo social presentemente estruturado pelo capital, ajudando-nos a entender as novas determinações que atravessam a sociabilidade e que determinam a mercantilização das práticas corporais, em específico as esportivas.

2. A pesquisa documental terá como objetivo central o levantamento, coleta e análise qualitativa de dados que nos permitirão acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas para o lazer na cidade de Uberlândia. Além de ordenar e sumarizar as informações neles contidas, de maneira que estas nos possibilitem a obtenção de respostas ao problema de pesquisa (GIL, 2006).

Serão analisados os seguintes documentos:

- A Lei Orgânica do Município de Uberlândia, promulgada em 05 de junho de 1990 e que tem por objetivo organizar legalmente o Município, sendo, portanto, parâmetro para as demais leis, decretos, pareceres, portarias, etc, no âmbito Municipal;
- O Plano Diretor, Lei complementar nº 078 de 27 de abril de 1994, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Uberlândia, sendo o instrumento básico do processo de planejamento municipal que determina diretrizes e ações para a implantação de políticas de desenvolvimento urbano, rural e de integração do Município de Uberlândia na região;
- O Estatuto da Cidade; Lei nº10257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da Política Urbana e dá outras providências;
- O Banco de Dados Integrados de Uberlândia (BDI 2006), que é uma coletânea de informações adquiridas por intermédio de segmentos representativos da sociedade, referentes aos aspectos sociais, econômicos, culturais, geográficos e administrativos do Município;

- E outros documentos que forem encontrados no desenvolver da pesquisa.

Para analisar as informações contidas nestes documentos, utilizaremos a indicação de Bardan (1977) que especifica que podemos utilizar diferentes técnicas para a identificação, classificação e categorização dos dados buscando garantir uma análise e interpretação mais próxima da realidade investigada.

3. Mapeamento dos espaços públicos de lazer, voltados para a prática esportiva. A partir do levantamento dos Poliesportivos, praças e outros espaços utilizados pela população para a prática esportiva realizar um diagnóstico das suas infra-estruturas e equipamentos. Identificar onde estão estes espaços, quando foram construídos, quem os frequentam e qual o seu estado de conservação.

6. AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Levantamento bibliográfico sobre o tema lazer e as práticas esportivas, seleção e análise de artigos que tratam da temática central do trabalho.
2. Elaboração do texto de revisão de literatura, apresentando um mapeamento das discussões acumuladas em relação à temática proposta;
3. Levantamento das fontes documentais, seleção e análise das mesmas;
4. Categorizar, classificar, ordenar e sumarizar as informações obtidas na pesquisa documental;
5. Levantamento dos espaços e equipamentos públicos de lazer destinados à prática desportiva;
6. Visita em *locus* aos espaços identificados para proceder o diagnóstico de suas infra-estruturas e equipamentos;
7. Confronto dos dados obtidos na pesquisa documental com diagnóstico realizado;
8. Sistematização das análises e reflexões para elaboração do texto final;
9. Elaboração do trabalho escrito para o relatório final;
10. Entrega do relatório final.

7. CRONOGRAMA

Obs. Os números correspondentes às atividades do cronograma referem-se ao item anterior (Ações e metas a serem desenvolvidas)

ATIV.	AGO 2007	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN 2008	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
01	XXXX	XXXX										
02			XX									
03			XX	XXX								
04				X	XXX							
05					X	XXXX						
06							FFXX	XXXX	XX			
07									XX	X		
08										XXX	XX	
9											XX	XX
10												XX

Nota: "X" = uma semana de trabalho; "F" = Férias.

9. REFERÊNCIA

ANTUNES, M. F. S. **Políticas educacionais da rede pública municipal de ensino de Uberlândia (1997-2004)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores associados, 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BONETTI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Unijí, 2006.

BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. **Revista Licere do Centro de Estudos de Lazer e Recreação**, Belo Horizonte: UFMG, 1, n.1, 1998.

BRUNHS, H. T. Relações entre a Educação Física e o lazer. In: BRUNHS, H. T.(Org.) **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 33-59,1997.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In. FAZENDA, I. (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994.

GAMBOA, S. A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In. FAZENDA, I. (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização de Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRESSLER, L. A. **Pesquisa educacional: importância, modelo, validade, variáveis, hipóteses, amostragem, instrumentos**. São Paulo: Loyola, 1979.

MASCARENHAS, F. **Lazer e grupos sociais: concepções e método**. Dissertação de Mestrado, Campinas: FEF/Unicamp, 2000.

MASCARENHAS, F. O pedaço sitiado: cidade e lazer em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 24, n. 3, p. 121 - 143, maio 2003.

MARCASSA, L. As faces do lazer: categorias necessárias à sua compreensão. In: XIII CONBRACE, 2003, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2003. p.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas, SP: Papyrus, 1983.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer uma introdução**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, H. & LINHALES, M. A.(Orgs.) **Sobre lazer e política. Maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 65 - 92.

MARTINS, S. Lazer, urbanização e os limites da cidadania. In: ISAYAMA, H. & LINHALES, M. A.(Orgs.) **Sobre lazer e política. Maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 93-118.

MINISTÉRIO DO ESPORTE – I Conferência Nacional do Esporte. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/1_conferencia/default.jsp>. Acesso em: 02 maio 2007.

MINISTÉRIO DO ESPORTE – II Conferência Nacional do Esporte. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/propostas_aprovadas.jsp>. Acesso em: 02 maio 2007.

RODRIGUES, E. H. C. & BRAMANTE, A. C. O espaço na construção de uma política de lazer – estudando Sorocaba/SP. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 24, n. 3, p. 23-37, maio 2003.

SANTOS, B. de S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. de S. (Org.) **A Globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25 – 104.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UBERLÂNDIA. **Lei Orgânica do Município de Uberlândia Minas Gerais**. Câmara Municipal de Uberlândia, 1992.

UBERLÂNDIA. Lei complementar nº 078 de 27 de abril de 1994, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Uberlândia. Disponível em: <<http://www2.uberlandia.mg.gov.br/pmu/site.do>>. Acesso em: 02 maio de 2007.

WERNECK, C. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.